RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

Senhores Acionistas,

A Administração da Metalúrgica Riosulense S.A. apresenta para apreciação e análise, as informações relevantes sobre o desempenho da Companhia durante o exercício de 2025, bem como as demonstrações financeiras do exercício, acompanhadas de notas explicativas e do relatório da auditoria externa.

1 – DESEMPENHO OPERACIONAL

No exercício de 2025 a Receita Operacional Líquida (ROL) totalizou R$ 420.460 mil, contra R$ 380.752 mil em 2024, apresentando, portanto, um aumento de 10,43%.

As vendas internas atingiram R$ 380.895 mil, representando 90,59% da ROL, com aumento de 10,24% em relação à 2024. As vendas externas totalizaram R$ 39.565 mil, atingindo 9,41% da ROL, importando num aumento de 12,32% em relação ao desempenho de 2024.

O resultado líquido consolidado da Companhia ficou positivo em R$ 64.448 mil, representando 15,33% da ROL. Em 2024, a Companhia registrou um lucro de R$ 58.732 mil, equivalente a 15,43% da ROL.

O EBITDA ficou positivo em R$ 101.710 mil, com aumento de 11,18% sobre o resultado obtido comparado a 2024 em virtude do aumento do faturamento. O indicador EBITDA está adequado a Resolução CVM 156 de junho de 2022, inclusive nas bases comparativas. A adequação não originou diferenças significantes no resultado e históricos apresentados.

Demonstrativo: EBITDA	**2025**	**2024**
Receita operacional líquida	**420.460**	**380.752**
Custos dos produtos/serviços vendidos	-243.812	-222.632
Resultado bruto	**176.648**	**158.120**
(-) Despesas com vendas e distribuição	-38.028	-34.889
(-) Despesas gerais e administrativas	-26.526	-21.664
(-) Despesas administração da produção	-16.614	-13.061
(+) Outras receitas e despesas operacionais	-937	-3.610
Resultado da Atividade	**94.543**	**84.896**
(+) Depreciação/Amortização	7.167	6.586
EBITDA	**101.710**	**91.482**
Margem EBITDA (%)	24,19%	24,03%

2- FATOS RELEVANTES DO EXERCÍCIO

a) No primeiro trimestre de 2025, a Companhia obteve êxito em um processo de fiscalização de ICMS conduzido pelo Estado de Santa Catarina, resultando na baixa do montante de R$ 76 milhões anteriormente registrado nas contingências tributárias classificadas como perdas possíveis.

b) No segundo trimestre de 2025 a Companhia realizou conforme deliberado e aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 16 de abril de 2025 o aumento do capital social mediante a capitalização de Reservas para Investimento e Capital de Giro, passando de R$ 36.663 para R$ 80.372.

c) No quarto trimestre de 2025, a Companhia encerrou as atividades de sua controlada Metalúrgica Riosulense SPA localizada no Chile, na qual detinha 100% de participação. O encerramento desta operação não gerou impacto no resultado deste período em virtude da constituição de provisão de perda estimada que a Companhia vinha realizando.

d) Também no quarto trimestre de 2025, a Companhia realizou a abertura da subsidiaria Riosulense Smart Parts Ltda, nova empresa do ramo de comercio atacadista, e que tem sua sede localizada no estado de São Paulo, e é 100% controlada pela Companhia.

e) Ainda no quarto trimestre de 2025, a Companhia contratou duas linhas de crédito junto ao programa BNDES Brasil Soberano no valor de 20 milhões de reais cada, conforme aprovado em reunião do conselho de Administração no dia 08/12/2025. No qual apenas uma foi disponibilizada no exercício de 2025.

Todos esses fatos estão descritos com maiores detalhes nas Notas Explicativas dessa publicação.

Os resultados atingidos mostram maior segurança, consolidação dos valores, e principalmente, seriedade da Companhia, frente aos colaboradores, à toda cadeia de suprimentos, e as parcerias estratégicas.

3 – RECEITA LÍQUIDA

A Receita Operacional Liquida (ROL) acumulada em 2025, registrou aumento de 10,43%, em relação à 2024.

Os principais responsáveis pelo aumento da performance foram o mercado agrícola e de reposição/revenda (mercado interno), registrando aumento na receita líquida de 51,20% e 6,90% respectivamente.

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024	Variação
Mercado Interno	380.895	345.528	10,24%
Mercado Externo	39.565	35.224	12,32%
RECEITA LÍQUIDA	**420.460**	**380.752**	**10,43%**

4 – CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS

O custo dos produtos vendidos (CPV) no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, atingiu R$ 243.812 (R$ 222.632 em 2024), representando 57,99% da Receita Operacional Líquida (58,47% em 2024), com redução de -0,48% em relação a ROL.

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
CPV	-243.812	-222.632
% s/ ROL	-57,99%	-58,47%

5 – DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais compreendem as despesas gerais, administrativas e comerciais, somaram R$ 83.523 em 2025 (R$ 73.191 em 2024), absorvendo 19,86% da receita operacional líquida (ROL), com crescimento de 14,12%.

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
Despesas Operacionais	-83.523	-73.191
% s/ ROL	-19,86%	-19,22%

6 – INDICADORES FINANCEIROS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou os seus indicadores de retorno financeiro, refletindo o desempenho operacional e a eficiência na utilização de seus recursos. Os principais indicadores de rentabilidade e de alavancagem financeira estão demonstrados a seguir:

DESCRIÇÃO	2025	2024	Variação (p.p.)
Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE)	25,28%	27,65%	-2,37%
Retorno sobre os Ativos (ROA)	15,19%	15,61%	-0,41%
Alavancagem Financeira	1,66	1,77	-0,11

O Retorno sobre o Patrimônio Líquido (ROE) representa a rentabilidade do capital próprio investido pelos acionistas, sendo obtido pela razão entre o lucro líquido do exercício e o patrimônio líquido médio, conforme a fórmula:

$$ROE = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido Médio}}$$

O Retorno sobre os Ativos (ROA) expressa a capacidade da Companhia de gerar resultados a partir do total de ativos empregados em suas operações, sendo calculado pela seguinte fórmula:

$$ROA = \frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Médio}}$$

A Alavancagem Financeira representa o efeito do endividamento sobre a rentabilidade do patrimônio líquido e é determinada pela relação entre o ROE e o ROA:

$$Alavancagem\ Financeira = \frac{\text{ROE}}{\text{ROA}}$$

7 – EBITDA

Em 31 de dezembro de 2025, o EBITDA atingiu o valor de R$ 101.710 (R$ 91.482 em 2024). Destaca-se o aumento de 11,18% em relação à 2024.

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024
(=) Lucro Operacional Bruto	176.648	158.120
(-) Despesas Gerais e Administrativas	-26.526	-21.664
(-) Despesas de Vendas	-38.028	-34.889
(-) Despesas Administração da Produção	-16.614	-13.061
(-) Outras Despesas/Receitas	-937	-3.610
(+) Depreciação/Amortização	7.167	6.586
Ebtida	**101.710**	**91.482**

8 – RECEITA/DESPESAS FINANCEIRAS

O resultado financeiro líquido da Companhia até 31 de dezembro de 2025 totalizou R$ 1.832 positivos, representando 0,44% da ROL, contra R$ 1.641 positivos no mesmo período de 2024 representando 0,43% da ROL.

9 – LUCRO OPERACIONAL E RESULTADO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentou lucro operacional de R$ 94.543, desconsiderando-se os efeitos financeiros, representando 22,49% da receita operacional liquida. Em 2024 o lucro operacional acumulado foi de R$ 84.896 o que representa 22,30% sobre a receita operacional líquida. O resultado líquido acumulado em 31 de dezembro de 2025 foi de R$ 64.448 positivos, contra R$ 58.732 positivos em 2024.

10 – CICLOS FINANCEIROS – DIAS

Os ciclos financeiros em dias comparativos do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, são como segue:

DESCRIÇÃO	31/12/2025	31/12/2024	Variação
Prazo Médio de Recebimento	44	38	+6
Prazo Médio de Pagamento	42	38	+4

11 – INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Companhia no exercício de 2025, totalizaram R$ 25.656. Estes recursos foram destinados para aquisição de máquinas, equipamentos, ferramentais e softwares necessários à produção.

12 – RECURSOS HUMANOS

Em 31 de dezembro de 2025, o quadro de colaboradores era de 943 contra 875 em 31 de dezembro de 2024, mantendo assim o seu quadro de acordo com as necessidades da Companhia.

13 – INFORMAÇÕES DE EQUIDADE

Em cumprimento ao disposto no § 6º do art. 133 da Lei nº 6.404/1976, a Companhia apresenta as informações relativas à sua Política de Equidade, Diversidade e Inclusão, bem como os indicadores quantitativos correspondentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, com comparativo em relação ao exercício anterior.

13.1 - Quantidade e Proporção de Mulheres por Nível Hierárquico

Mulheres Empregadas por nível hierárquico	2025		2024		Variação %
	Total	%	Total	%	
Aprendizes	3	33%	2	25%	+8%
Estagiários	2	40%	1	50%	-10%
Operacional	121	14%	111	14%	- %
Líderes	3	7%	3	8%	-1%
Supervisores	3	12%	3	14%	-2%
Gerentes	1	9%	1	9%	- %
Diretoria	0	0%	0	0%	- %
Conselho de Administração	2	40%	2	40%	- %
Conselho Fiscal	1	33%	0	0%	+33%
Total da Companhia	**136**	**14%**	**123**	**14%**	**- %**

13.2 - Demonstrativo de Remuneração Segregada por Sexo

A Companhia apresenta a razão da remuneração média anual por sexo, considerando cargos ou funções similares, compreendendo remuneração fixa, variável e eventual.

Razão entre a remuneração de mulheres e homens	2025	2024	Variação %
Aprendizes	95%	111%	-16%
Estagiários	68%	100%	-32%
Operacional	87%	86%	+1%
Líderes	103%	106%	-2%
Supervisores	91%	127%	-36%
Gerentes	83%	75%	+8%
Diretoria	0%	0%	- %
Conselho de Administração	90%	90%	- %
Conselho Fiscal	100%	0%	+100%
Total da Companhia	**89%**	**92%**	**-3%**

14 – DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em atendimento a Instrução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concorda com essas Demonstrações Financeiras e com as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes referentes às mesmas. Em conformidade com a Instrução CVM 162, de 13 de julho de 2022, e ao Ofício Circular CVM/SNC/SEP Nº 01/2007, declaramos que os Auditores Independentes não prestaram outros serviços à Companhia, além de auditoria externa no presente exercício.

15 – DECLARAÇÃO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O conselho de Administração declara que revisou, discutiu e aprovou as Demonstrações Financeiras e as opiniões expressas no parecer dos Auditores Independentes, concluindo que tais demonstrações representam, de forma adequada, todos os aspectos relevantes da posição patrimonial e financeira da Companhia.

16 – AGRADECIMENTOS

A administração agradece o apoio e a confiança que recebeu e têm recebido continuamente dos acionistas, funcionários, clientes, fornecedores e entidades com as quais se relaciona e espera continuar merecendo a mesma confiança no futuro.

A Administração

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Ativo	**Nota**	**12/2025**	**12/2024**	**12/2025**	**12/2024**
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	**4**	2.392	1.350	2.392	1.351
Aplicações financeiras	**5**	89.157	57.971	89.157	57.971
Clientes	**6**	58.635	55.180	58.635	55.444
Estoques	**7**	105.407	97.519	105.407	97.519
Impostos a recuperar	**8**	1.271	1.224	1.271	1.335
Outros créditos		1.304	2.050	1.304	2.050
Despesas antecipadas		455	298	455	309
Total ativo circulante		**258.621**	**215.592**	**258.621**	**215.979**
Ativo não circulante					
Impostos a recuperar lp	**8**	864	1.263	864	1.263
Depósitos judiciais	**19**	1.428	1.522	1.428	1.522
Empréstimo empresa ligada	**22**	-	1.432	-	-
Outras Contas a Receber		83	284	83	284
Despesas antecipadas lp		49	115	49	115
		2.424	**4.616**	**2.424**	**3.184**
Propriedade para investimentos	**9**	70.130	69.568	70.130	69.568
Outros investimentos	**9**	131	114	131	103
Investimentos em Coligadas e Controladas		241	273	241	284
Imobilizado	**10**	94.377	90.048	94.377	90.050
Imobilizado em Andamento	**10**	26.891	15.485	26.891	15.485
Intangível	**11**	667	380	667	380
		192.437	**175.868**	**192.437**	**175.870**
Total ativo não circulante		**194.861**	**180.484**	**194.861**	**179.054**
Total do ativo		**453.482**	**396.076**	**453.482**	**395.033**

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Balanço Patrimonial Encerrado em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	**Nota**	**12/2025**	**12/2024**	**12/2025**	**12/2024**
Passivo circulante					
Fornecedores	**12**	15.868	15.345	15.868	15.661
Empréstimos e financiamentos	**13**	2.974	5.725	2.974	5.785
Obrigações sociais e trabalhistas	**14**	14.444	13.159	14.444	13.159
Impostos a recolher	**15**	18.093	3.824	18.093	3.824
Parcelamento tributário	**16**	10.920	23.633	10.920	23.633
Refis	**16.a**	658	615	658	615
Dividendos a pagar		15.271	1.072	15.271	1.072
Outras obrigações	**18**	16.219	13.313	16.219	13.322
Total passivo circulante		**94.447**	**76.686**	**94.447**	**77.071**
Passivo não circulante					
Fornecedores lp	**12**	21	53	21	53
Empréstimos e financiamentos lp	**13**	29.180	11.861	29.180	11.861
Parcelamento tributário lp	**16**	10.094	19.021	10.094	19.021
Refis lp	**16.a**	1.873	2.366	1.873	2.366
Tributos diferidos	**24.b**	12.892	12.583	12.892	12.583
Provisão para contingências	**17**	30.969	35.980	30.969	35.980
Outras Obrigações	**18**	-	271	-	271
Passivo a descoberto	**9.b**	-	1.428	-	-
Total passivo não circulante		**85.029**	**83.563**	**85.029**	**82.135**
Total do passivo		**179.476**	**160.249**	**179.476**	**159.206**
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital social	**19.a**	80.372	36.663	80.372	36.663
Ajustes de avaliação patrimonial	**19.b**	24.436	24.768	24.436	24.768
Ajuste de Conversão AAP		-	23	-	23
Reservas Incentivos Fiscais		41.314	23.116	41.314	23.116
Reservas Invest. Capital de Giro		80.372	94.347	80.372	94.347
Reservas esp. Dividendos não distribuídos		-	12.394	-	12.394
Reservas de Lucro a disp. da Assembleia		37.475	37.181	37.475	37.181
Reserva Legal		10.037	7.335	10.037	7.335
Total patrimônio líquido	**19**	**274.006**	**235.827**	**274.006**	**235.827**
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)		**453.482**	**396.076**	**453.482**	**395.033**

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Demonstração do Resultado dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação – em R$)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	**12/2025**	**12/2024**	**12/2025**	**12/2024**
Receita operacional líquida	**20**	420.460	380.752	420.460	380.752
Custos dos produtos/serviços vendidos	**21**	-243.812	-222.632	-243.812	-222.632
Lucro bruto		**176.648**	**158.120**	**176.648**	**158.120**
Despesas operacionais:					
Despesas com vendas e distribuição	**21**	-38.028	-34.889	-38.028	-34.889
Despesas gerais e administrativas	**21**	-26.526	-21.580	-26.526	-21.664
Despesas administração da produção	**21**	-16.614	-13.061	-16.614	-13.061
Outras receitas e despesas operacionais	**22**	-2.356	-3.577	-2.356	-3.577
Resultado de Equivalência Patrimonial	**9.b**	1.419	-287	1.419	-33
Lucro antes do resultado financeiro		**94.543**	**84.726**	**94.543**	**84.896**
Receitas financeiras	**23**	10.560	12.368	10.560	12.368
Despesas financeiras	**23**	-8.728	-10.727	-8.728	-10.727
Lucro (Prejuízo) antes dos impostos		**96.375**	**86.367**	**96.375**	**86.537**
Imposto de renda e contribuição social corrente	**25.a**	-31.618	-30.265	-31.618	-30.265
Imposto de renda e contribuição social diferido	**25.a**	-309	2.460	-309	2.460
Lucro (Prejuízo) do Exercício		**64.448**	**58.562**	**64.448**	**58.732**
Lucro (Prejuízo) por ação, básico e diluído (em R$)					
Ações ordinárias	**26**	10,61746	9,64778	10,61746	9,67578
Ações preferenciais	**26**	11,67921	10,61255	11,67921	10,64336

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora						
	Capital social integralizado	**Reservas de Lucros**	**Ajuste de avaliação patrimonial**	**Lucros ou prejuízos acumulados**	**Patrimônio líquido total**	**Participação dos Não Controladores**	**Patrimônio Líquido Consolidado**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**36.663**	**127.365**	**25.083**	**-**	**189.111**	**-**	**189.111**
Ajustes de Exercícios				**-113**	**-113**		**-113**
Lucro/Prejuízo do exercício				58.562	58.562	-	58.562
Resultado Abrangente Total					**58.562**		**58.562**
Distribuição de Dividendos		-11.741			-11.741		-11.741
Realização do custo atribuído			-495	495	-		-
Realização dos tributos diferidos sobre o custo atribuído			195	- 196	-1		-1
Ajuste de Conversão do Período			8	-	8		8
Constituição de Reservas	-	58.748		-58.748	-		-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	**36.663**	**174.373**	**24.791**	**-**	**235.827**	**-**	**235.827**
Ajustes de Exercícios				**-**	**-**		**-**
Lucro/Prejuízo do exercício				64.448	64.448	-	64.448
Resultado Abrangente Total					**64.448**		**64.448**
Distribuição de Dividendos		-26.246			-26.246		-26.246
Realização do custo atribuído			-474	474	-		-
Realização dos tributos diferidos sobre o custo atribuído			142	- 142	-		-
Ajuste de Conversão do Período			- 23	-	-23		-23
Lucros a disposição da Assembleia		37.476		- 37.476			
Constituição de Reservas	-	27.304		-27.304	-		-
Subscrição/Integralização de Capital	43.709	-43.709			-		
Saldos em 31 de dezembro de 2025	**80.372**	**169.198**	**24.436**	**-**	**274.006**	**-**	**274.006**

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	12/2025	12/2024	12/2025	12/2024
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	**64.448**	**58.562**	**64.448**	**58.732**
Outros resultados abrangentes	**-23**	**23**	**-23**	**23**
Ajustes Acumulados de Conversão de Moedas	-23	23	-23	23
Total do resultado abrangente	**64.425**	**58.585**	**64.425**	**58.755**

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 - Método Indireto

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	12/2025	**12/2024**	**12/2025**	**12/2024**
Fluxo de caixa das atividades operacionais	**98.320**	**104.501**	**98.320**	**104.457**
Ajuste de Exercícios Anteriores	**-**	**-113**	**-**	**-113**
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	**96.375**	**86.367**	**96.375**	**86.537**
Itens do resultado que não afetam o caixa:	**1.945**	**18.247**	**1.945**	**18.033**
Provisão para contingência	-5.011	5.651	-5.011	5.651
Provisão para realização créditos	-707	-201	-707	-201
Provisão para perdas estoque	1.245	9	1.245	9
Depreciações/Amortização	7.167	6.586	7.167	6.586
Provisão para multa e juros s/ impostos	-	-26	-	-26
Custo da baixa de ativo imobilizado / intangível / investimentos	46	7.839	46	7.839
Juros e Variação cambial	925	-827	925	-827
Receita s/ valorização propriedade para investimento	-301	-1.037	-301	-1.037
Ajuste de Conversão AAP	-	6	-	6
Perda (Ganho) da Equivalência Patrimonial	-1.419	247	-1.419	33
Variação em ativos e passivos operacionais	**-30.901**	**-91.829**	**-30.844**	**-91.754**
Redução/ (aumento) das Contas a Receber	-4.454	-6.402	-4.190	-6.433
Redução/ (aumento) dos Estoques	-9.133	-31.326	-9.133	-31.326
Redução/ (aumento) de Outros Ativos	2.734	-358	2.852	-295
Aumento/ (redução) de Fornecedores	1.272	-340	956	-303
Aumento/ (redução) de Obrigações Trabalhistas e Sociais	1.285	-3.625	1.285	-3.625
Aumento/ (redução) de Obrigações Tributárias	-7.512	-22.910	-7.512	-22.910
Aumento/ (redução) de Outros Passivos	16.834	935	16.825	941
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	-31.618	-30.264	-31.618	-30.264
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-309	2.461	-309	2.461
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	**67.419**	**12.672**	**67.476**	**12.703**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições de Imobilizado	-25.281	-22.297	-25.281	-22.297
Baixas de Imobilizado	2.421	-	2.423	-
Adições de Intangível	-375	-192	-375	-192
Adições de investimentos	-278	768	-278	768
Variação de aplicações financeiras	-31.186	4.952	-31.186	4.952
Variação das propriedades para investimentos	-	36	-	36
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	**-54.699**	**-16.733**	**-54.697**	**-16.733**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Captações de empréstimos	20.000	14.449	20.000	14.449
Pagamento de dividendos	-26.246	-11.741	-26.246	-11.741
Juros sobre empréstimos	1.036	1.441	1.036	1.441
Pagamento de empréstimos	-6.468	-5.213	-6.528	-5.243
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	**-11.678**	**-1.064**	**-11.738**	**-1.094**
Variação líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	**1.042**	**-5.125**	**1.041**	**-5.124**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.350	6.475	1.351	6.475
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.392	1.350	2.392	1.351
Variação líquida nas disponibilidades e valores equivalentes	**1.042**	**-5.125**	**1.041**	**-5.124**

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.

Demonstração do Valor Adicionado dos Exercícios Encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	12/2025	**12/2024**	**12/2025**	**12/2024**
RECEITAS				
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	512.218	465.929	512.218	465.929
Provisão/reversão Créditos de Liquidação Duvidosa	707	202	707	202
Outras Receitas	1.257	10.850	1.257	10.850
	514.182	**476.981**	**514.182**	**476.981**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Custos das mercadorias e serviços vendidos	-155.006	-144.267	-155.006	-144.267
Materiais, energia, serviços de terceiros e outras despesas operacionais	-89.807	-96.711	-89.807	-96.795
Outros	-985	1.007	-985	1.007
	-245.798	**-239.971**	**-245.798**	**-240.055**
VALOR ADICIONADO BRUTO	**268.384**	**237.010**	**268.384**	**236.926**
DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	-7.167	-6.655	-7.167	-6.655
VALOR ADICIONADO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	**261.217**	**230.355**	**261.217**	**230.271**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.419	-287	1.419	-33
Receitas Financeiras e Variações Cambiais	10.560	12.368	10.560	12.368
	11.979	**12.081**	**11.979**	**12.335**
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	**273.196**	**242.436**	**273.196**	**242.606**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL	**84.273**	**72.602**	**84.273**	**72.602**
Remuneração Direta	66.511	56.900	66.511	56.900
Benefícios	9.588	8.595	9.588	8.595
FGTS	4.084	4.105	4.084	4.105
Participação no Resultado	4.090	3.002	4.090	3.002
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES	**113.409**	**98.763**	**113.409**	**98.763**
Federais	77.245	66.917	77.245	66.917
Estaduais	35.964	31.672	35.964	31.672
Municipais	200	174	200	174
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	**11.066**	**12.509**	**11.066**	**12.509**
Juros, Variações Cambiais e Monetárias	8.728	10.727	8.728	10.727
Outras	2.338	1.782	2.338	1.782
REMUNERAÇÃO DE CAPITAIS PRÓPRIOS	**64.448**	**58.562**	**64.448**	**58.732**
Lucros Retidos/Prejuízo do Exercício	64.448	58.562	64.448	58.732
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO	**273.196**	**242.436**	**273.196**	**242.606**

"As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras".

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

Fundada em janeiro de 1946, a Metalúrgica Riosulense S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Rio do Sul, Santa Catarina, Brasil, Rua Emílio Adami, 700, Barra do Trombudo, CEP 89.164-910 denominada como matriz e a filial está localizada na cidade de São Cristóvão do Sul, Santa Catarina, Brasil, Estrada Via Paredão, S/N, Bloco, CEP 89.533-000. A Companhia e sua controlada tem como principal atividade a fabricação e comercialização de componentes para motores de veículos leves, utilitários, caminhões, máquinas agrícolas, motocicletas, além de produtos voltados para o transporte ferroviário e naval, com expertise em fundição de ligas especiais de ferro e aço, usinagem de alta precisão, fornecendo para o mercado interno e externo de montadoras e reposição. A cultura organizacional da Companhia se baseia no sucesso do cliente e atendimento humanizado, e a qualidade laranja é reconhecida e atestada pela experiência de quem está há 80 anos no mercado e exporta para 28 países. Com as certificações conquistadas ao longo dos anos (entre elas a IATF 16949 e ISO 14001), atende às exigências das principais montadoras, fornecendo peças originais. A Companhia tem suas ações negociadas na BM&FBovespa sob o código "ON RSUL3" e "PN RSUL4".

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta um passivo circulante consolidado de R$ 94.447 em contraposição ao ativo circulante consolidado de R$ 258.621, gerando ativos circulantes superiores em R$ 164.174 (R$ 138.908 em 31 de dezembro de 2024).

Com base no planejamento estratégico que contempla o exercício atual e os próximos quatro anos, a Companhia adotou e continua adotando diversas ações para manter a lucratividade e capacidade de geração de caixa, com ênfase às seguintes frentes de trabalhos:

a) Sistema de gestão produtiva: A Companhia mantém o aprimoramento contínuo do processo de planejamento de produção e continua aplicando o sistema *lean* de produção. Intensificou o treinamento dos profissionais para a indústria 4.0 e a integração entre as áreas produtivas o que vem gerando ganho em escala nos processos, focando na redução de custos fixos e variáveis, diretos e indiretos.

b) Participação no mercado: no mercado interno de reposição, a Companhia manteve a política de ampliação da linha de produtos; no mercado interno de OEM a Companhia ampliou o mix de produtos com a fabricação de novas peças; no mercado agrícola, a Companhia prevê maior crescimento e captação de novos clientes; no mercado externo, a Companhia continua se reposicionando e mantém a estratégia de abrir novos mercados que garantam a rentabilidade de seus produtos.

c) Gestão financeira: A Companhia mantém a estratégia de redução das despesas, ênfase na gestão de ciclo financeiro e a progressiva formação de capital de giro próprio, para manter o equilíbrio.

A Companhia manteve a estratégia de contenção de gastos, cujos limites estão enquadrados no planejamento orçamentário anual. Continua focada no gerenciamento do fluxo de caixa. Aprovou para 2026 um orçamento para investimentos em máquinas, equipamentos e dispositivos no montante de R$ 42 milhões, com o objetivo de garantir o processo de modernização do parque fabril e ganho de produtividade.

Em novembro de 2025, a Metalúrgica Riosulense S.A. encerrou as atividades de sua controlada Metalúrgica Riosulense SpA, localizada no Chile, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16/04/2025.
O encerramento das operações foi conduzido de forma planejada e em estrita conformidade com a legislação aplicável.
Ressalta-se que o mercado chileno permanece sendo atendido diretamente pela Metalúrgica Riosulense S.A. tendo essa baixa não resultando impacto no resultado e nas operações da companhia.
No final de novembro de 2025, foi fundada a RIOSULENSE SMART PARTS LTDA (CNPJ: 63.785.709/0001-60), por meio da abertura de uma subsidiária de comércio atacadista localizada em Guarulhos, na Grande São Paulo, conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16/04/2025.
A empresa iniciará suas operações ainda no primeiro trimestre de 2026. A criação dessa subsidiária tem como objetivo principal otimizar a logística e a distribuição de produtos nesse mercado, proporcionando maior eficiência operacional.
A Administração entende que essa iniciativa está alinhada à estratégia de crescimento sustentável da Companhia, contribuindo para o aumento da competitividade e para o fortalecimento do relacionamento com seus clientes no mercado nacional.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada, compreendem:
a) Demonstrações financeiras Individuais da Controladora: As demonstrações financeiras individuais da controladora foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

b) Demonstrações financeiras Consolidadas: As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board – IASB e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com atendimento da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e pronunciamentos emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade e pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as IFRS e as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto.
As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 25 de Março de 2026.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, estimativas do valor das propriedades para investimento, estimativas do valor em uso dos terrenos e

edificações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente.
As demonstrações financeiras apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior.
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação e elaboração dessas demonstrações financeiras, estão definidas a seguir. Estas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

3.1. Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas são compostas pelas demonstrações financeiras da Metalúrgica Riosulense S.A e sua controlada apresentada abaixo:

Controlada	País	% de Participação	
		31/12/2025	31/12/2024
Riosulense Smart Parts Ltda	Brasil	100%	-
Metalúrgica Riosulense SpA	Chile	-	100%

Os critérios adotados na consolidação são aqueles previstos na Lei nº 6.404/76 com as alterações promovidas pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos quais destacamos os seguintes:
a) Eliminação dos saldos das contas ativas e passivas decorrentes das transações entre as sociedades incluídas na consolidação;

i) Eliminação dos investimentos nas sociedades controladas na proporção dos seus respectivos patrimônios;

ii) Eliminação das receitas e das despesas decorrentes de negócios com as sociedades incluídas na consolidação; e,

b) Padronização das políticas contábeis e dos procedimentos usados pelas sociedades incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas com os adotados pela controladora, com o propósito de apresentação, usando bases de classificação e mensuração uniformes.

3.2 Transações em moedas estrangeiras

As demonstrações financeiras são mensuradas e estão apresentadas em Reais (R$), moeda funcional da Companhia, devido ao ambiente econômico em que atua e na qual são realizadas suas principais operações.
As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional (Reais - R$) em vigor na data do balanço. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos períodos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

3.3 Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado: São ativos financeiros mantidos dentro do modelo de negócios cujo objetivo seja mantê-los para recebimentos de fluxos de caixa contratuais. Os termos contratuais dos ativos financeiros tiveram origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: São ativos financeiros mantidos dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e que os termos contratuais do ativo financeiro tiverem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam exclusivamente pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado: Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo por meio do resultado, a menos que sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos financeiros dessa categoria são classificados como ativos circulantes e não circulantes de acordo com o prazo de vencimento.

Reconhecimento e mensuração:

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são subsequentemente, contabilizados pelo valor justo.

Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado no período em que ocorrem.

A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está desvalorizado (Impairment).

Passivos financeiros

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

a) Reconhecimento inicial e mensuração dos passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente ao custo amortizado. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b) Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

3.4 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente, e os de curto prazo, quando relevantes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, desta forma, não registrou nenhum ajuste.

3.5 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de Impairment. Os ativos que estão sujeitos à depreciação ou amortização são revisados para a verificação Impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por Impairment é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o valor em uso. A Companhia realiza, anualmente, teste de recuperabilidade para os ativos intangíveis, imobilizado e outros ativos não circulantes, sendo que para estas rubricas não foi destacada necessidade de provisão para redução ao valor recuperável nas datas dos balanços.

3.6 Política de Hedge Cambial

A Companhia adota uma política de hedge cambial com o objetivo de mitigar os riscos decorrentes da exposição às variações nas taxas de câmbio, originadas de suas operações em moeda estrangeira. Em virtude de atuar simultaneamente em transações de importação e exportação, a Companhia possui um hedge natural que contribui para a redução parcial dessa exposição cambial.
Complementarmente ao hedge natural, a Companhia mantém uma política formal de gestão de riscos financeiros, que estabelece critérios e procedimentos para a contratação de instrumentos de proteção cambial. Esses instrumentos incluem, principalmente, contratos de câmbio ACC e ACE, operações de non-deliverable forwards (NDFs), utilizados com a finalidade de assegurar a previsibilidade dos fluxos de caixa e a estabilidade dos resultados operacionais.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Caixa	-	12	-	12
Banco conta movimento	2.392	1.338	2.392	1.339
Total de caixa e equivalente a caixa	**2.392**	**1.350**	**2.392**	**1.351**

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras de liquidez imediata são compostas por investimentos de baixo risco. Esses investimentos estão distribuídos entre cerca de 10 diferentes bancos para que não haja a concentração de valores. Aproximadamente 65% dos investimentos estão em CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) lastreados ao rendimento do CDI diário (Certificado de Depósito Interbancário), resgatáveis a qualquer momento e reconhecidas pelo seu valor líquido de resgate, e 35% em fundos de investimento, sendo que ambas as categorias são compostas por papéis de bancos com rating AAA.
As ordens de pagamento são valores recebidos do exterior em dólar ou euro que ficam disponíveis para utilização em momentos de necessidades de caixa e/ou para utilização quando a taxa de conversão está atrativa.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Aplicações Financeiras em moeda corrente	84.969	54.463
Ordem de pagamento em moeda estrangeira	4.188	3.508
Total de bancos e aplicações financeiras	**89.157**	**57.971**
Circulante	**89.157**	**57.971**

O montante equivalente a 17% da aplicação financeira está destinado à provisão para recolhimento IRPJ e CSLL, calculados com base na Receita Operacional Bruta (ROB). O pagamento dos referidos tributos será realizado apenas no fechamento anual, previsto para janeiro de 2026. Com essa alteração, a Companhia busca otimizar sua rentabilidade, obtendo ganhos financeiros sobre o valor correspondente aos impostos, que anteriormente eram recolhidos mensalmente.
O aumento de R$ 20 milhões em aplicações financeiras decorre de operações aprovadas no âmbito do programa BNDES Brasil Soberano, conforme deliberação da Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 08/12/2025. Na referida ocasião, foram aprovadas duas operações, ambas com contratação formalizada em dezembro de 2025, contudo, apenas uma foi efetivamente liberada e registrada contabilmente no exercício findo em 31/12/2025. Os recursos captados destinam-se ao financiamento dos investimentos aprovados, com execução prevista ao longo do exercício de 2026.

6. CLIENTES

Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no decurso normal das atividades da Companhia. As contas a receber de clientes, inicialmente, são reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a provisão para "*impairment*" (perdas no recebimento de créditos). Na prática são reconhecidas ao valor faturado ajustado a valor presente, quando relevante, e ajustado pela provisão para perda no recebimento de créditos, a qual está apresentada como redução das contas a receber de clientes e constituída em montante considerado suficiente pela administração para fazer face a eventuais perdas na realização das contas a receber. A variação de 6% nos recebíveis neste período é em virtude da sazonalidade de vendas, não havendo atraso por parte dos clientes.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Contas a receber de clientes mercado interno	50.447	46.198	50.447	46.198
Contas a receber de clientes mercado externo	8.365	9.866	8.365	10.130
Total do contas a receber	**58.812**	**56.064**	**58.812**	**56.328**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(177)	(884)	(177)	(884)
Total de clientes	**58.635**	**55.180**	**58.635**	**55.444**

Contas a receber de clientes por idade de vencimento	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Títulos a vencer superior a 90 dias	2.490	1.393	2.490	1.393
Títulos a vencer até 90 dias	51.773	52.064	51.773	52.328
Vencidos em até 30 dias	3.487	1.079	3.487	1.079
Vencidos de 30 a 60 dias	8	695	8	695
Vencidos de 60 até 90 dias	870	168	870	168
Vencidos de 90 a 180 dias	69	13	69	13
Vencidos superior a 180 dias	115	652	115	652
Contas a receber de clientes	**58.812**	**56.064**	**58.812**	**56.328**

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado	
Movimentação provisão para créditos de liquidação duvidosa	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldo no início do exercício/período	(884)	(1.085)
Adições	(807)	(266)
Baixas	1.514	467
Saldo no final do exercício/período	**(177)**	**(884)**

No quarto trimestre de 2025, em decorrência do encerramento das atividades da controlada no Chile, a Companhia realizou à baixa do montante de R$ 1.203 da provisão para perdas esperadas de crédito, referente ao único cliente com saldo em aberto na controlada. O referido crédito encontrava-se em cobrança judicial naquele país, porém, diante da inexistência de bens passíveis de execução, foi caracterizada a perda efetiva do ativo financeiro. O reconhecimento da perda foi registrado no período, sem impacto no resultado consolidado da Companhia.

A Companhia adota, como política para o cálculo da provisão para perdas esperadas de crédito, a utilização, como base, dos títulos vencidos há mais de 90 (noventa) dias. No que se refere ao montante atualmente provisionado, a Administração entende que este se encontra adequado e condizente com o baixo histórico de perdas incorridas com clientes.

7. ESTOQUES

Os estoques são avaliados ao custo médio de produção ou aquisição e estão registrados pelo menor valor entre o custo médio e o valor líquido realizável. O custo dos produtos acabados e em elaboração compreende o custo das matérias-primas, mão de obra e outros custos indiretos relacionados à produção baseados na ocupação normal da capacidade. O valor líquido realizável é estimado com base no preço de venda dos produtos em condições normais de mercado, menos as despesas variáveis de vendas. As provisões de estoques para baixa rotatividade e obsolescência são mensuradas com base em relatórios auxiliares que compreendem

movimentação dos estoques e reposição desses no mercado e são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Materiais	25.724	32.271
Acabados/Em elaboração	55.825	43.084
Revenda	27.442	24.503
Provisão para Estoques Obsoletos	(3.584)	(2.339)
Total dos estoques	**105.407**	**97.519**

Em relação aos estoques da Companhia, observa-se um aumento de 8,09% em comparação ao exercício anterior. O estoque de revenda apresentou um incremento de 11,99% em seu valor, quando comparado ao ano de 2024.
Esse aumento na revenda deve-se à expansão do portfólio, com a inclusão de novos itens. Além disso, a localização de alguns de nossos parceiros comerciais no exterior exige, por questões logísticas, a manutenção de um estoque maior desses produtos. Dessa forma, a empresa assegura a entrega de acordo com as necessidades dos clientes.
Para a provisão dos estoques obsoletos, consideram-se os estoques sem movimentação há mais de 15 meses. No quarto trimestre de 2025 o saldo acumulado é de R$ 3.584 (R$ 2.339 em 2024).

A movimentação da provisão para estoques obsoletos está demonstrada a seguir:

Movimentação provisão para estoques obsoletos (15 meses)	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Saldo no início do exercício/período	(2.339)	(2.330)
Adições	(1.251)	(575)
Baixas	6	566
Saldo no final do exercício/período	**(3.584)**	**(2.339)**

8. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os créditos são registrados com base na legislação fiscal vigente e serão realizados pela Companhia no decorrer do processo normal de apuração dos tributos, sendo que há também créditos passiveis de restituição e/ou compensação.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
PIS a recuperar	3	3	3	3
COFINS a recuperar	19	19	19	19
ICMS a recuperar	1.637	2.039	1.637	2.039
IRRF a recuperar	417	398	417	398
Outros	59	28	59	139
Total impostos a recuperar	**2.135**	**2.487**	**2.135**	**2.598**
Circulante	1.271	1.224	1.271	1.335
Não circulante	864	1.263	864	1.263

O saldo de ICMS a recuperar se refere a valores sobre aquisições de imobilizado, que serão aproveitados em 48 avos conforme a legislação vigente do estado onde se encontra a Companhia.

9. INVESTIMENTOS

a) Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos, excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que forem gerados.
Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.
Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a Companhia contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

Terrenos e Edifícios mantidos para investimento
As propriedades para investimento (substancialmente terrenos) são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por empresa especializada e independente. As principais premissas utilizadas pelos especialistas para apurar o valor do imóvel pelo método comparativo direto foram as seguintes:

i. Amostras de mesmo zoneamento no plano diretor do município.
ii. As características e os atributos dos dados são ponderados por homogeneização.
iii. Os elementos que integram a homogeneização: À sua profundidade. À testada. À topografia. À esquina. À forma. À localização.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Terrenos e Edifícios mantidos para investimentos	70.130	69.568
Outros investimentos	131	114
Investimentos em Coligadas e Controladas	241	273
Total dos investimentos	**70.502**	**69.955**

Do total de propriedades para investimentos em 31/12/2025, R$ 67.342, encontram-se com registro de penhora decorrente das ações tributárias que estão sendo conduzidas junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN.

b) Investimentos em sociedades controladas

Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos permanentes em sociedades controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

Investimentos em Coligadas e Controladas
No quarto trimestre de 2025 a Companhia encerrou suas atividades na Metalúrgica Riosulense SPA no Chile na qual detinha 100% de participação.

O encerramento desta operação estava provisionado, no qual não gerou impacto nos resultados deste período.

No mesmo trimestre, a Companhia realizou a abertura da subsidiaria RIOSULENSE SMART PARTS LTDA. A nova empresa do ramo de comercio atacadista, tem sua sede localizada no estado de São Paulo e é 100% controlada pela Companhia. Até a data de encerramento do exercício das demonstrações não foi integralizado o capital social, e não ocorreu nenhuma movimentação financeira ou de operação. Por este motivo não houve reconhecimento de equivalência patrimonial neste trimestre.

Estão reconhecidos os seguintes investimentos em sociedades controladas, avaliados pelo patrimônio líquido das investidas, conforme participação em cada empresa:

Controladora									
Nome	**Pais**	**Ativo**	**Passivo**	**Patrimônio Líquido**	**Receita**	**Resultado Líquido do Período**	**% Participação**	**Equivalência Patrimonial**	**Valor do Investimento**
Em 31 de dezembro de 2025									
Riosulense Smart Parts Ltda	Brasil	-	-	-	-	-	100%	-	-
MRTV Aviação Executiva SPE	Brasil	1.055	93	963	-	-130	25%	-32	241

10. IMOBILIZADO

Os ativos imobilizados estão avaliados ao custo de aquisição e/ou construção, incluindo encargos financeiros de empréstimos que financiaram a aquisição ou construção desses ativos, quando aplicável. Os ativos imobilizados são apresentados deduzidos das respectivas depreciações, com exceção de terrenos, que não são depreciados. O valor contábil de um ativo é imediatamente ajustado se este for maior que seu valor recuperável estimado.
Os gastos com manutenção ou reparos, que não aumentam significativamente a vida útil dos bens, são contabilizados como despesas, quando incorridos.
Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

GRUPO PATRIMONIAL	PRAZO
Edifícios e dependências	35 anos
Máquinas e equipamentos	20 anos
Equipamentos de informática	7 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.
O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Controladora

	Terrenos	Edifício e dependências	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa anual de depreciação	-	3%	5%	14%	10%	10%	-	-
Saldo em 31/12/2023	**12.165**	**17.664**	**47.089**	**681**	**648**	**775**	**18.576**	**97.598**
Adições	-	1.729	27.292	919	323	204	30.751	61.218
Baixas	-	-	(13.766)	(754)	(26)	(5)	(33.842)	(48.393)
Depreciação	-	(1.010)	(5.110)	(221)	(118)	(65)	-	(6.524)
Baixas da depreciação	-	-	1.631	-	3	-	-	1.634
Saldo em 31/12/2024	**12.165**	**18.383**	**57.136**	**625**	**830**	**909**	**15.485**	**105.533**
Adições	-	46	805	121	325	273	23.711	25.281
Baixas	-	-	(209)	(14)	(6)	(193)	(2.243)	(2.665)
Transferência	-	4.071	5.843	147	1	-	(10.062)	-
Depreciação	-	(1.044)	(5.605)	(219)	(134)	(77)	-	(7.079)
Baixas da depreciação	-	-	139	14	6	39	-	198
Saldo em 31/12/2025	**12.165**	**21.456**	**58.109**	**674**	**1.022**	**951**	**26.891**	**121.268**

Consolidado

	Terrenos	Edifício e dependências	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Veículos	Imobilizado em andamento	Total
Taxa anual de depreciação	-	3%	5%	14%	10%	10%	-	-
Saldo em 31/12/2023	**12.165**	**17.664**	**47.091**	**681**	**648**	**775**	**18.576**	**97.600**
Adições	-	1.729	27.292	919	323	204	30.751	61.218
Baixas	-	-	(13.766)	(754)	(26)	(5)	(33.842)	(48.393)
Depreciação	-	(1.010)	(5.110)	(221)	(118)	(65)	-	(6.524)
Baixas da depreciação	-	-	1.631	-	3	-	-	1.634
Saldo em 31/12/2024	**12.165**	**18.383**	**57.138**	**625**	**830**	**909**	**15.485**	**105.535**
Adições	-	46	805	121	325	273	23.711	25.281
Baixas	-	-	(211)	(14)	(6)	(193)	(2.243)	(2.667)
Transferência	-	4.071	5.843	147	1	-	(10.062)	-
Depreciação	-	(1.044)	(5.605)	(219)	(134)	(77)	-	(7.079)
Baixas da depreciação	-	-	139	14	6	39	-	198
Saldo em 31/12/2025	**12.165**	**21.456**	**58.109**	**674**	**1.022**	**951**	**26.891**	**121.268**

Nas demonstrações financeiras a depreciação foi registrada no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 totalizando R$ 7.079 sendo R$ 6.593 classificadas como custos, R$ 87 como despesas comerciais, R$ 164 como despesas administrativas e R$ 235 como despesas da administração da produção (R$ 6.105, R$ 86, R$ 158 e R$ 175 respectivamente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024).

Os empréstimos e financiamentos bancários da Companhia estão garantidos por bens do Imobilizado, em sua maior parte por bens móveis, máquinas e equipamentos, conforme nota explicativa de empréstimos.

11. INTANGIVEL

São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização e de eventual provisão para ajustá-los a seus prováveis valores de realização, quando necessário. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados levando em conta o prazo estimado de geração de benefícios econômicos futuros, estando sujeito a teste de recuperabilidade anualmente ou sempre que indícios indicarem eventual perda de valor econômico. Os itens de intangíveis mantidos pela Companhia, são:

a) Programas de computadores (licenças de softwares): As licenças de softwares adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada, que geralmente apresentam uma taxa de amortização de 6,67% ao ano.

Após o reconhecimento inicial, o ativo é apresentado ao custo menos amortização acumulada e perdas de seu valor recuperável. A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso, pelo período dos benefícios econômicos futuros. Durante o período de desenvolvimento, o valor recuperável do ativo é testado anualmente.

Controladora e Consolidado

	Programas de computador	**Total**
Taxa anual de amortização	6,67%	
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**251**	**251**
Adições	192	192
Baixas	(1)	(1)
Amortizações	(62)	(62)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**380**	**380**
Adições	375	375
Amortizações	(88)	(88)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**667**	**667**

As despesas com amortizações totalizam R$ 88, e foram registradas no resultado como R$ 43 em custo dos produtos vendidos, o montante de R$ 4 como despesas comerciais, o montante de R$ 13 como despesas administrativas e R$ 28 como despesas da administração da produção para o período findo em 31 de dezembro de 2025 (R$ 20, R$ 3, R$ 12 e R$ 27 respectivamente para o período findo em 31 de dezembro de 2024).

12. FORNECEDORES

São obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso ordinário dos negócios e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. Na prática, são reconhecidas ao valor da fatura correspondente, ajustada a valor presente e acrescidos de juros, quando aplicável. A Companhia mantém a pontualidade no cumprimento de suas obrigações financeiras, efetuando todos os pagamentos rigorosamente dentro dos prazos estabelecidos, em conformidade com os compromissos assumidos e as boas práticas de gestão.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Fornecedores de mercadorias	12.424	11.695	12.424	12.011
Fornecedores de serviços	3.465	3.703	3.465	3.703
Total fornecedores	**15.889**	**15.398**	**15.889**	**15.714**
Vencidos	0	2	0	2
À vencer até 365 dias	15.868	15.343	15.868	15.659
À vencer superior à 365 dias	21	53	21	53

No período, o saldo de fornecedores a pagar apresentou variação de 3% comparado ao exercício anterior.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Geral

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos da transação incorridos e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de resgate (pagamentos) é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Custo dos empréstimos e financiamentos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando qualificáveis são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 a Companhia não possui nenhum ativo qualificável para a capitalização dos juros.

			Controladora		Consolidado	
Modalidade	**Juros mensal**	**Garantias**	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Empréstimo	0,42% a 0,99% ao mês + TJLP	Cessão Fiduciária	32.154	17.586	32.154	17.646
Total de empréstimos e financiamentos			**32.154**	**17.586**	**32.154**	**17.646**
Circulante			2.974	5.725	2.974	5.785
Não circulante			29.180	11.861	29.180	11.861
Por data de vencimento			**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Em até 6 meses			1.649	3.376	1.649	3.376
De 6 meses a 1 ano			1.325	2.350	1.325	2.410
De 1 a 2 anos			7.668	2.673	7.668	2.673
De 2 a 3 anos			7.670	2.673	7.670	2.673
De 3 a 4 anos			7.673	2.673	7.673	2.673
Acima de 4 anos			6.169	3.841	6.169	3.841
Total de empréstimos e financiamentos			**32.154**	**17.586**	**32.154**	**17.646**

Os contratos de financiamento firmados pela Companhia com instituições financeiras não contêm cláusulas restritivas (covenants), que estabelecem condições e obrigações a serem observadas durante a vigência dos referidos contratos.

Em dezembro de 2025, a Companhia contratou dois financiamentos junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), no âmbito da linha BNDES Brasil Soberano, por intermédio do Banco Bradesco com carência de 12 meses e amortização em 48 parcelas.

Os recursos captados são considerados estratégicos e relevantes para o desenvolvimento e o crescimento econômico da Companhia.

14. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

A Companhia está sujeita a diversas obrigações sociais e trabalhistas. Essas obrigações são reconhecidas conforme os respectivos períodos de competência e, quando aplicável, provisionadas de acordo com as normas contábeis vigentes.

a) INSS (Instituto Nacional do Seguro Social): A Companhia está sujeita ao pagamento das contribuições ao INSS, tanto na qualidade de responsável pela retenção e repasse das contribuições dos empregados, quanto na sua contribuição patronal. As contribuições devidas ao INSS são calculadas com base nos salários dos empregados e em outras remunerações, de acordo com as alíquotas vigentes estabelecidas pela legislação brasileira.

b) FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço): Os depósitos mensais no FGTS, equivalentes a 8% da remuneração dos empregados, são reconhecidos mensalmente como despesa e a obrigação registrada no passivo até o momento do pagamento.

c) Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF): O valor do Imposto de Renda retido sobre os salários dos empregados é provisionado mensalmente, e a obrigação é registrada no passivo até o seu recolhimento.

d) 13º Salário: A provisão para pagamento do 13º salário é calculada e registrada de acordo com o período de apuração de cada empregado, sendo o valor a ser pago no final do ano.

e) Férias: A provisão de férias é reconhecida no momento da ocorrência do direito de férias dos empregados, considerando os dias proporcionais a que cada um tem direito, bem como os encargos sociais decorrentes do pagamento das férias acrescidas de 1/3 constitucional.

f) Participação nos Lucros e Resultados (PLR): Caso aplicável, a empresa estabelece a provisão da PLR conforme as regras de cada exercício, em conformidade com acordos ou convenções coletivas de trabalho.

g) Acordos e Convenções Coletivas: A Companhia é regida por acordos e convenções coletivas com seus sindicatos de categoria, os quais estabelecem as condições de trabalho, incluindo salários, jornada de trabalho e benefícios.

h) Riscos Trabalhistas e Estimativas: A Companhia realiza uma avaliação periódica dos riscos trabalhistas e tributários associados ao cumprimento das obrigações legais. Essas estimativas são baseadas em informações disponíveis, incluindo análises jurídicas e cálculos atuariais, sendo revisadas sempre que novas informações ou eventos relevantes ocorrerem.

i) Acordos Trabalhistas: A Companhia está sujeita a algumas ações trabalhistas que podem resultar em passivos contingentes e ou a pagar. A empresa realiza uma avaliação periódica dessas ações e, quando necessário, constitui provisões com base em pareceres jurídicos ou estimativas de valor, conforme exigido pela legislação vigente. As contingências são classificadas como prováveis, possíveis ou remotas, e o valor estimado de cada uma é registrado no passivo, se necessário. E quando transitado em julgado ou apenas acordado a ação entre as partes, é reconhecido o valor estipulado a pagar.

j) Sesi e Senai: A Companhia está sujeita ao pagamento das contribuições obrigatórias ao Serviço Social da Indústria (SESI) e ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), que são destinadas

ao financiamento de programas de assistência social e de qualificação profissional para os trabalhadores da indústria, conforme estabelecido pela legislação brasileira. As contribuições ao Sesi e ao Senai são calculadas com base na folha de pagamento da Companhia, sendo exigidas mensalmente, conforme a legislação em vigor, e devem ser pagas diretamente aos respectivos serviços. As obrigações devidas são reconhecidas e provisionadas mensalmente, no valor correspondente à alíquota prevista, sendo registradas no passivo da Companhia até o momento do pagamento.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Salários a pagar	2.148	2.098
Férias e 13º salário a pagar	6.349	5.630
Provisão de PLR	2.156	1.758
INSS a recolher	2.071	1.725
FGTS a recolher	557	477
IRRF sobre salários recolher	855	763
Acordos Trabalhistas	170	573
Sesi e Senai a recolher	18	15
Outros	120	120
Total obrigações sociais e trabalhistas	**14.444**	**13.159**

15. IMPOSTOS A RECOLHER

As obrigações tributárias da Companhia referem-se aos tributos e contribuições devidos ao fisco, tanto na esfera federal, estadual e municipal, de acordo com a legislação vigente. Essas obrigações são reconhecidas de forma tempestiva e, quando aplicável, provisionadas nas demonstrações financeiras. As obrigações tributárias incluem, mas não se limitam a:

a) O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) incidem sobre o lucro da Companhia.

b) ICMS, ISS, IPI, PIS e COFINS: Incidem sobre a receita de venda de bens e serviços, conforme a atividade da Companhia e sua localidade.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**
PIS	352	137
COFINS	1.673	676
ICMS	1.341	1.179
IPI	477	225
IRPJ/CSLL	14.160	1.539
Outros	90	68
Total obrigações tributárias	**18.093**	**3.824**

A Companhia realizou estudo tributário e identificou benefício no método de apuração do IRPJ e da CSLL, optando pelo seu cálculo na forma de estimativa/presunção de lucro sobre a Receita Bruta, e apenas ao final do exercício fiscal realizar a apuração com base no Lucro Real. Desta forma, a RIO passou a recolher valores menores mensalmente, aplicando os recursos mantidos em caixa e obtendo ganhos financeiros.

Em razão dessa alteração, a conta de Imposto de Renda e Contribuição Social apresenta aumento na comparação com períodos anteriores, uma vez que o saldo será acumulado ao longo do exercício e quitado no encerramento anual, conforme apuração no LALUR e no LACS.

16. PARCELAMENTO TRIBUTÁRIO

A Companhia aderiu a parcelamentos tributários com o objetivo de regularizar débitos fiscais vencidos perante as autoridades fiscais, conforme as opções de parcelamento disponibilizadas pela legislação federal e estadual. A adesão ao parcelamento foi realizada conforme as condições e prazos definidos pela legislação vigente, com o compromisso de pagamento em parcelas mensais, de acordo com as regras acordadas com os órgãos competentes.

A adesão aos parcelamentos tributários pode implicar riscos de descumprimento das condições estabelecidas, caso a Companhia deixe de cumprir com as obrigações de pagamento das parcelas nos prazos previstos. Caso isso ocorra, poderá haver a reativação da dívida original, com a cobrança de juros, multas e outros encargos, além da possível exclusão do parcelamento. Até a data das demonstrações financeiras, não existem eventos significativos que indiquem o risco de inadimplemento nos parcelamentos tributários, e a Companhia está em conformidade com os pagamentos acordados.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**
PIS	81	81
COFINS	376	374
ICMS	2.078	2.263
INSS	85	377
FGTS	245	534
Refis (a)	2.531	2.981
IPI	-	1.559
Parcelamento PGFN (b)	18.149	37.406
Outros	-	60
Total parcelamento tributário	**23.545**	**45.635**
Circulante	11.578	24.248
Não circulante	11.967	21.387

a) **Refis**

A Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) para impostos federais e previdenciários, conforme facultado pela Lei nº 12.996/2014. Foram inclusos no programa valores devidos de PIS, COFINS, IRRF e contribuições previdenciárias. Os pedidos de parcelamento parcialmente consolidados, protocolados em 29 de agosto de 2014, serão liquidados em 180 meses com atualização monetária pela variação da Selic. Os saldos deste parcelamento estão abaixo apresentados:

Saldo devedor original	**97.261**
Multa e juros compensados com prejuízos fiscais e bases negativas	(14.426)
Redução de multa e juros conforme lei 11.941/09	(24.304)
Amortizações ocorridas	(50.666)
Estorno multa e juros compensados com prejuízos fiscais e bases negativas – Consolidação (Nota 17)	4.857
Estorno redução de multa e juros - Consolidação	8.738
Exclusão parcial dos débitos inclusos - Consolidação	(27.535)
Apropriação juros s/ saldo devedor	8.606
	2.531
(-) Parcela classificada no circulante	(658)
Passivo não circulante	**1.873**

b) **Parcelamento PGFN**

A Companhia aderiu ao Parcelamento PGFN para impostos federais e previdenciários, conforme facultado pela Portaria PGFN nº 6757/2022. Foram inclusos no programa valores devidos de PIS e COFINS. Os pedidos de parcelamento parcialmente consolidados, protocolados em 24 de março de 2021, serão liquidados em 84 meses com atualização monetária pela variação da Selic. Os débitos Previdenciários serão liquidados em 60 meses com atualização monetária pela variação da Selic.

Os saldos deste parcelamento estão abaixo apresentados:

Saldo devedor original	**61.159**
Multa e juros compensados com prejuízos fiscais e bases negativas	(51.328)
Honorários Advocatícios	(22.497)
Redução de multa e juros conforme lei 13.998/2022	(46.772)
Amortizações ocorridas	(80.841)
Estorno redução de multa e juros - Consolidação	46.772
Exclusão parcial dos débitos inclusos - Consolidação	94.083
Apropriação juros s/ saldo devedor	17.573
	18.149
(-) Parcela classificada no circulante	(9.786)
Passivo não circulante	**8.363**

17. PROVISÕES E PASSIVOS CONTINGENTES

Provisões gerais

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes do imposto, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Provisões para litígios e Passivos contingentes (riscos tributários, cíveis e trabalhistas)

Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. Já como passivos contingentes, são consideradas discussões judiciais, cujas probabilidades de perdas estão classificadas como possível e para as quais não são constituídas provisões para contingências.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A Companhia mantém provisões para litígios fiscais, cíveis e trabalhistas, cuja possibilidade de perda foi avaliada como de risco “provável” pelos assessores jurídicos externos. A administração da Companhia prevê que a provisão para litígios constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos judiciais. Parte destes litígios está suportada por depósitos judiciais relacionadas aos processos em discussão.

Controladora e Consolidado				
	Trabalhista	**Cíveis**	**Tributária**	**Total**
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**75**	**18**	**35.887**	**35.980**
Constituição de provisões	608	-	33.062	**33.670**
Reversão de provisões	(154)	(18)	(38.509)	**(38.681)**
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**529**	**-**	**30.440**	**30.969**
Depósitos judiciais relacionados	(60)	-	(1.368)	**(1.428)**

O montante das contingências tributárias apresentou redução em razão do êxito obtido em processo de ICMS conduzido pelo Estado de Santa Catarina, anteriormente classificado como perda possível e, por prudência, parcialmente provisionado. Em contrapartida, a Companhia constituiu provisão referente aos honorários advocatícios devidos em decorrência do êxito nesse processo

Adicionalmente a Companhia tem ações de naturezas tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como perdas possíveis, com base na avaliação de nossos consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Controladora e Consolidado		
	31/12/2025	**31/12/2024**
Ações trabalhistas	7.303	2.430
Ações cíveis	399	-
Ações tributárias	19.247	90.024
Total de perdas possíveis	**26.949**	**92.454**

Cabe ressaltar que tais valores têm cunho apenas informativo, não havendo provisão contábil para tais causas. Ao menos uma vez ao trimestre a Companhia realiza a atualização formal de seus consultores externos a fim de certificar da situação de seus processos e, mensalmente, o departamento jurídico realizada as análises necessárias para obter entendimento do avanço das causas.

No primeiro trimestre de 2025, a Companhia obteve êxito em um processo de fiscalização de ICMS conduzido pelo Estado de Santa Catarina, resultando na baixa do montante de R$ 76 milhões anteriormente registrado nas contingências tributárias classificadas como perdas possíveis.

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

As outras obrigações a pagar são compostas substancialmente por obrigações operacionais e administrativas decorrentes das atividades regulares da Companhia, que não se enquadram em rubricas específicas do passivo circulante e não circulante.

A rubrica “Provisões para Despesas Comerciais” refere-se principalmente a estimativas de obrigações relacionadas a incentivos comerciais concedidos aos clientes pelo cumprimento de metas contratuais vinculados ao desempenho operacional, reconhecidas em conformidade com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes.

A composição das outras obrigações no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025 é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Adiantamento de Clientes	1.055	156	1.055	156
Provisões para Despesas Comerciais	11.938	10.085	11.938	10.085
Comissões a Pagar	2.357	2.014	2.357	2.014
Outras Obrigações	869	1.329	869	1.338
Total Outras Obrigações	**16.219**	**13.584**	**16.219**	**13.593**
Circulante	16.219	13.313	16.219	13.322
Não circulante	-	271	-	271

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresenta um patrimônio líquido positivo no valor de R$ 274.006 individual e consolidado, contra R$ 235.827 (individual e consolidado) em 31 de dezembro de 2024.
Conforme deliberado e aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de abril de 2025 o capital social sofreu aumento mediante a capitalização de Reservas para Investimento e Capital de Giro, passando de R$ 36.663 para R$ 80.372.

a) Capital social

O capital social, pertencente a acionistas domiciliados no País, é de R$ 80.372, sendo composto por 3.576.903 (três milhões quinhentas e setenta e seis mil e novecentas e três) ações ordinárias escriturais e 2.495.225 (dois milhões e quatrocentas e noventa e cinco mil e duzentas e vinte e cinco) ações preferenciais escriturais, totalizando 6.072.128 (seis milhões e setenta e dois mil e cento e vinte e oito) ações. As ações preferenciais, sem direito a voto nas assembleias gerais, gozam dos seguintes direitos e privilégios:

i) Direito ao recebimento de um dividendo, por ação preferencial, 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

ii) Participação em igualdade de condições, com as demais ações, ressalvado o disposto no item "a", na distribuição de dividendos, no recebimento de bonificações provenientes da Reserva de Capital, de Reavaliação de Ativos, de Capitalização de Reservas de Lucro ou das utilizações de quaisquer fundos.

iii) Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de encerramento das atividades da Sociedade.

iv) Direito de serem incluídas na oferta pública de alienação de controle, pelas mesmas condições desta alienação.

b) Ajuste de avaliação patrimonial

A conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial refere-se ao custo atribuído ao imobilizado registrado na data de transição ao CPC/IFRS, que está sendo realizado contra Lucros Acumulados proporcionalmente a depreciação dos bens que lhe deram origem.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foram realizados o montante de R$ 332 (R$ 299 em 31 de dezembro de 2024) referente reavaliação e custo atribuído e contabilizado na conta de lucros acumulados.

c) Remuneração aos acionistas

c.1) Distribuição de Dividendos

Conforme deliberado e aprovado na Assembleia Geral Ordinária realizada em 16 de abril de 2025, foram distribuídos no segundo trimestre dividendos aos acionistas. Dividendos no montante de R$ 12.393.674,22 foram liberados aos acionistas na proporção de R$ 1,8986917400 para cada ação ordinária e R$ 2,2451835100 para cada ação preferencial, conforme segue:

✓ R$ 12.045.958,65 (doze milhões, quarenta e cinco mil, novecentos e cinquenta e oito reais e sessenta e cinco centavos) pagos diretamente aos acionistas em 30 de abril de 2025 em parcela única;
✓ R$ 347.715,57 (trezentos e quarenta e sete mil, setecentos e quinze reais e cinquenta e sete centavos) estão liberados na corretora aguardando os acionistas regularizarem suas contas correntes para receberem o depósito correspondente.

E ainda, conforme deliberado e aprovado na Assembleia Geral Extraordinária realizada 17 de dezembro de 2025, a distribuição de dividendos intermediários a serem pagos em 12 de fevereiro de 2026 no montante de R$ 13.851.815,97 aos acionistas na proporção de R$ 2,1220768089 para cada ação ordinária e R$ 2,5093340525 para cada ação preferencial.

20. RECONHECIMENTO DE RECEITA

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Receita mercado interno	475.285	436.852
Receita mercado externo	40.288	35.626
Receita operacional bruta	**515.573**	**472.478**
(-) Deduções e abatimentos	(3.355)	(6.549)
(-) Impostos sobre as vendas	(91.758)	(85.177)
Receita operacional líquida	**420.460**	**380.752**

A redução observada nas devoluções e abatimentos no exercício de 2025, em comparação a 2024, decorre, principalmente, de ajustes pontuais realizados no período anterior, relacionados ao refaturamento de notas fiscais. Ressalta-se, contudo, que tais ajustes não produziram efeitos relevantes sobre o montante da Receita Líquida na comparação entre os períodos, uma vez que os refaturamentos foram realizados no mesmo período das respectivas devoluções.

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

A Companhia apresenta a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelas normas contábeis, segue abaixo o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

	Controladora		Consolidado	
Despesas por função	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Custos dos produtos/serviços vendidos	(243.812)	(222.632)	(243.812)	(222.632)
Despesas com vendas e distribuição	(38.028)	(34.889)	(38.028)	(34.889)
Despesas gerais e administrativas	(26.526)	(21.580)	(26.526)	(21.664)
Despesas da administração da produção	(16.614)	(13.061)	(16.614)	(13.061)
Outras receitas e despesas	(2.356)	(3.577)	(2.356)	(3.577)
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.419	(287)	1.419	(33)
Total despesas por função	**(325.917)**	**(296.026)**	**(325.917)**	**(295.856)**
Despesa por natureza	**31/12/2025**	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Custos dos bens e serviços	(137.256)	(126.602)	(137.256)	(126.602)
Despesa com comissões	(12.927)	(12.713)	(12.927)	(12.713)
Despesa com fretes	(9.375)	(6.703)	(9.375)	(6.703)
Outras despesas com vendas	(8.650)	(8.278)	(8.650)	(8.278)
Despesa com folha de pagamento	(93.418)	(79.793)	(93.418)	(79.793)
Energia elétrica	(10.986)	(16.151)	(10.986)	(16.151)
Serviços de terceiros	(35.058)	(25.992)	(35.058)	(25.992)
Outras despesas administrativas	(10.281)	(9.341)	(10.281)	(9.425)
Despesa com depreciação e amortização	(6.997)	(6.588)	(6.997)	(6.588)
Outras receitas e despesas operacionais	(2.388)	(3.578)	(2.388)	(3.578)
Resultado de Equivalência Patrimonial	1.419	(287)	1.419	(33)
Total despesas por natureza	**(325.917)**	**(296.026)**	**(325.917)**	**(295.856)**

No que se refere à redução das despesas com energia elétrica, a Companhia promoveu a renegociação de seus contratos no ambiente de comercialização de energia, obtendo condições mais vantajosas, com redução relevante no preço por MWh. Embora tenha sido observado aumento no volume consumido em relação ao exercício anterior, a melhora nas condições contratuais resultou na redução do dispêndio total, refletindo-se na variação verificada em termos monetários.

22. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas e despesas operacionais incluem itens que não estão diretamente relacionados à atividade principal da Companhia, mas que são relevantes para a compreensão do desempenho operacional. Estas variações são monitoradas e analisadas pela administração, que avalia se esses valores possuem impacto significativo na performance financeira da empresa. Os efeitos dessas receitas e despesas são apresentados separadamente nas demonstrações financeiras, permitindo que os usuários das demonstrações compreendam de forma mais clara o impacto de itens não recorrentes ou não diretamente ligados à operação principal da Companhia. Algumas das receitas e despesas classificadas nesta categoria podem ser de natureza não recorrente, como a venda de ativos, indenizações diversas, entre outros. Tais eventos são tratados de acordo com sua natureza e impacto financeiro.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Recuperação de receita	260	1.016
Receita com venda de ativo imobilizado	178	46
Indenizações recebidas	40	142
Receitas diversas	1.039	10.662
Indenizações trabalhistas	(669)	(1.869)
Receitas com Provisões	5.011	-
Despesas com Provisões	(1.246)	(5.658)
Provisão de PLR	(4.089)	(3.002)
Despesas diversas	(2.880)	(4.914)
Total outras receitas e despesas	**(2.356)**	**(3.577)**

23. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

O resultado financeiro líquido é composto pelas receitas e despesas financeiras da Companhia, sendo a diferença entre as receitas financeiras e as despesas financeiras incorridas no período. Esse resultado reflete os efeitos das operações de financiamento, gestão de caixa e investimentos financeiros da Companhia, bem como o impacto de variações cambiais e outros componentes financeiros. O resultado financeiro líquido é apresentado separadamente nas demonstrações financeiras para fornecer uma visão clara sobre a rentabilidade das operações financeiras e é reconhecido de acordo com o regime de competência, ou seja, as receitas e despesas financeiras são reconhecidas no período em que são geradas, independentemente do momento do pagamento ou recebimento.

Em períodos de taxas de juros elevadas ou instabilidade cambial, a Companhia pode ver uma variação significativa no seu resultado financeiro, o que pode afetar a geração de caixa e a rentabilidade. Por isso a Companhia monitoriza atentamente suas despesas financeiras para garantir que elas não comprometam o desempenho operacional.

	Controladora e Consolidado	
Receitas financeiras	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Variação cambial ativa	2.926	5.629
Receitas sobre aplicação financeira	7.577	5.827
Juros recebidos	19	54
Descontos obtidos	18	15
Outras receitas financeiras	3	2
Selic s/ Recup. Créditos	17	841
Total receitas financeiras	**10.560**	**12.368**

	Controladora e Consolidado	
Despesas financeiras	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(1.090)	(1.252)
Multa e juros sobre fornecedores	(4)	(1)
Multa e juros sobre impostos	(3.704)	(4.680)
Variação cambial passiva	(3.763)	(4.707)
Descontos concedidos	(125)	(9)
IOF	(12)	(8)
Outras despesas	(30)	(70)
Total despesas financeiras	**(8.728)**	**(10.727)**
Resultado financeiro líquido	**1.832**	**1.641**

24. IMPOSTOS

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas exceto: (i) quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; (ii) quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas; e (iii) o valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a recolher, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial. As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

Impostos	Alíquota
ICMS - Imposto sobre circularização de mercadorias e serviços	4%, 7%, 12%, 17% e 25%
IPI - Imposto sobre produtos industrializados	5% a 12%
PIS - Programa de integração social	1,65% e 2,30%
COFINS - Contribuição para financiamentos da seguridade social	7,60% e 10,80%

25. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidas no patrimônio líquido. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores que deverão ser pagos às autoridades fiscais.

Impostos diferidos

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.
Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

a) **Imposto de renda e contribuição social – conciliação com o resultado**

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social pelo lucro real. A provisão para imposto de renda foi constituída com alíquota de 15%, acrescida no adicional de 10%, e da contribuição social com alíquota de 9%.

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	96.377	86.367
Alíquota nominal	34%	34%
IRPJ/CSLL antes das adições/exclusões	(32.768)	(29.365)
Adições/Exclusões Bases de Cálculo	1.150	(900)
IRPJ e CSLL calculados a alíquota nominal (Resultado)	**(31.618)**	**(30.265)**
Constituição/Reversão IRPJ/CSLL diferidos	(309)	2.461
Imposto de renda e contribuição social efetivo	**(31.927)**	**(27.804)**
Imposto de renda e CSLL correntes	(31.618)	(30.265)
Constituição/Reversão IRPJ/CSLL diferidos sobre diferença temporária – Diversas	(309)	2.461
Imposto de renda e contribuição social efetivo	**(31.927)**	**(27.804)**

b) **Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Adoção CPC 47)	60	300
Provisão para estoque obsoleto	1.219	795
Provisão para contingências trabalhistas, tributárias e cíveis	10.529	12.233
Provisão comissões e rebates a pagar	838	668
Obrigações pós-venda (Adoção CPC 48)	47	81
Arrendamento mercantil (Adoção CPC 06 - RTT)	-	(524)
Custo atribuído (Adoção CPC 37 - RTT)	(13.105)	(12.475)
Depreciação societária (Adoção CPC 27 – RTT)	(5.672)	(2.411)
Propriedade para investimento (Adoção CPC 28 – RTT)	(11.038)	(14.407)
Provisão para Distribuição de PLR	733	598
Provisão para Indenização Repres. Comerciais	3.182	2.856
Reserva de reavaliação	(81)	(410)
Outras Provisões	396	113
Imposto de renda e contribuição social diferido, líquido	**(12.892)**	**(12.583)**
Saldo Inicial	(12.583)	(15.044)
Valor registrado no resultado do exercício	(309)	2.461
Saldo Final	**(12.892)**	**(12.583)**

c) **Não incidência do IRPJ/CSLL sobre atualização pela Selic dos indébitos tributários**

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (STF), no julgamento de mérito do RE nº 1.063.187, fixou a tese do Tema nº 962 no sentido de ser inconstitucional a incidência do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário.

A Companhia possui mandado de segurança ajuizado em abril de 2018, no qual busca assegurar o direito de excluir os denominados encargos moratórios (Correção monetária, SELIC e juros contratuais), das bases de cálculo do IRPJ e CSLL, bem como recuperar os valores recolhidos indevidamente durante os cinco anos que precederam o ajuizamento da demanda.

O referido mandado de segurança ainda está pendente decisão judicial em primeira instância.

Desta forma, baseada no parecer da assessoria jurídica, a Companhia não reconheceu o crédito tributário por entender que a realização do ativo não é praticamente certa.

26. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício social.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado ajustando-se à média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação supondo todas as ações ordinárias potenciais que provocariam diluição.

Não existem itens que possam gerar diferenças relevantes entre o lucro (prejuízo) básico e o diluído.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia	64.448	58.562	64.448	58.732
Ações ordinárias em poder dos acionistas (em ações)	3.576.903	3.576.903	3.576.903	3.576.903
Ações preferenciais em poder dos acionistas (em ações)	2.495.225	2.495.225	2.495.225	2.495.225
Resultado básico e diluído por ação ordinária – R$	**10,61**	**9,64**	**10,61**	**9,67**
Resultado básico e diluído por ação preferencial – R$	**11,68**	**10,61**	**11,68**	**10,64**

27. JULGAMENTO E USO DE ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

Avaliação do valor justo das propriedades para investimento

A Companhia apresenta suas propriedades para investimento a valor justo, sendo as mudanças no valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. A Companhia contratou avaliadores independentes especializados para determinar o valor justo em 31 de dezembro de 2025. Para propriedades para investimento, o avaliador utilizou técnica de avaliação de valor de mercado, com base em preços de imóveis comparáveis, ajustados por diferenças de localização e características específicas. Dessa forma, tais mensurações foram classificadas no Nível 2 da hierarquia de valor justo, conforme CPC 46. O valor justo

determinado das propriedades para investimento é sensível ao rendimento estimado, bem como à taxa de vacância de longo prazo.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Outras políticas contábeis que requerem uso de julgamento e estimativas, são:

a) Análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
b) Vida útil e valor residual dos ativos imobilizados e intangíveis; e,

c) Constituição de provisão para perdas nos estoques.

28. TRANSAÇÕES E SALDOS ENTRE PARTES RELACIONADAS

O acionista controlador da Companhia é a Stramosk Participações S.A., o qual possui 90% das ações ordinárias e 42,23 % das ações preferenciais.
A Companhia mantém as seguintes transações com partes relacionadas:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	**31/12/2024**	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Adiantamentos aos Administradores (Ativo circulante)	-	3	-	3
Empréstimo para empresa ligada (Ativo não circulante)	-	1.432	-	-
Pró-labore (Passivo Circulante) (a)	(270)	(169)	(270)	(169)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**(270)**	**1.266**	**(270)**	**(166)**

O montante de "Empréstimo para empresa ligada" que foi baixado se trata de empréstimo para a empresa controlada Metalúrgica Riosulense SPA localizada no Chile, na qual detinha 100% de participação, e que no quarto trimestre de 2025, a Companhia encerrou as atividades desta controlada. O encerramento desta operação não gerou impacto no resultado deste período em virtude da constituição de provisão de perda estimada que a Companhia vinha realizando.

(a) Valores classificados em obrigações sociais e trabalhistas.
As transações estabelecidas e acima apresentadas não preveem qualquer atualização sobre os termos firmados.

(b) Remuneração dos administradores
Conforme estabelecido e aprovado nas atas da Assembleia Geral Ordinária de 16 de abril de 2025, o montante da remuneração anual paga ao pessoal chave da administração são divulgados a seguir, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 05 - Divulgação Sobre Partes Relacionadas:

		Controladora e Consolidado	
	Membros	**31/12/2025**	**31/12/2024**
Conselho de administração	5	4.138	3.929
Diretoria administrativa	2	3.285	2.992
		7.423	**6.921**

Em 31 de dezembro de 2025 a administração da Companhia era composta por 5 conselheiros, sendo 4 conselheiros pela controladora e 1 conselheira pelos minoritários e 2 diretores estatutários. Os membros do Conselho de Administração foram remunerados respeitando os limites aprovados pela AGO.
Em 16 de junho de 2025, foram eleitos os membros do Conselho Fiscal, em atendimento à solicitação de sua instalação apresentada pelos acionistas minoritários durante a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 16 de abril de 2025. Foram eleitos dois conselheiros titulares indicados pelos acionistas controladores e um conselheiro titular indicado pelos acionistas minoritários, além de igual número de suplentes para cada um.
Não há benefícios de longo prazo pós-emprego.

29. OBJETIVOS E POLÍTICAS PARA GESTÃO DE RISCOS DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia revisou os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, bem como os critérios para a sua valorização, avaliação, classificação e os riscos a eles relacionados, os quais estão descritos a seguir:

Recebíveis: São classificados como recebíveis os valores de numerário em poder da Companhia e depósitos bancários de livre movimentação, contas a receber e outros ativos circulantes, cujos valores registrados aproximam-se, na data do balanço, aos de realização.

Empréstimos e financiamentos: São classificados como passivos financeiros são mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da administração reflete a informação contábil mais relevante.

Outros passivos financeiros: São classificados neste grupo os saldos mantidos com fornecedores e outros passivos circulantes.

Valor justo: Os valores justos dos instrumentos financeiros são similares aos valores contábeis.

Gerenciamento de riscos de instrumentos financeiros: A Administração da Companhia realiza o gerenciamento a exposição aos riscos de crédito e liquidez em suas operações com instrumentos financeiros dentro de uma política global de seus negócios.

29.1 Fatores de Risco

a) Risco de taxas de câmbio

A Companhia administra os riscos de mercado através de hedge naturais, visando minimizar a exposição a possíveis perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia possui ativos atrelados à moeda estrangeira nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e, para fins de análise de sensibilidade, adotou como cenário Provável a taxa de mercado vigente no período de elaboração destas demonstrações. Para o cenário Possível esta taxa foi corrigida em 25% e para o cenário Remoto, em 50%. Desta forma, o quadro abaixo demonstra a simulação do efeito de variação cambial na demonstração de resultado. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição ao câmbio.

Controladora e Consolidado

	Moeda	31/12/2025	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado	Taxa	Efeito no resultado
Ativos								
Contas a receber	US$	1.520	5,50	-	6,88	2.091	8,25	4.183
Passivos								
Financiamentos	US$	57	5,50	-	6,88	(78)	8,25	(157)
Efeito no resultado				**-**		**2.013**		**4.026**

A análise de sensibilidade da variação cambial está sendo calculada sobre a exposição cambial líquida (basicamente por adiantamentos de contrato de câmbio) e não foi considerado o efeito nos cenários sobre a projeção de vendas de exportação que de certa forma fará frente à eventual perda cambial futura.

b) Risco de taxa de juros

Para a política de gerenciamento do risco de taxa de juros, a Companhia adota a estratégia de diversificação de instrumentos financeiros lastreado em taxas fixas e variáveis, monitorando continuamente o mercado, a

fim de identificar eventual necessidade de alteração no seu posicionamento. Os empréstimos e financiamentos, exceto aqueles contratados em moeda estrangeira, são atrelados à taxa de juros pré e pós-fixada. Abaixo apresentamos a análise de sensibilidade da exposição de juros.

Controladora e Consolidado

	Indexador	31/12/2025	Cenário provável		Cenário possível		Cenário remoto	
			Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado	Taxa a.a.	Efeito no resultado
Financiamentos								
BNDES Finame/Itaú	TJLP	5.061	6,84%	(346)	8,55%	(433)	10,26 %	(519)
BNDES Finame/Itaú	TJLP	2.793	7,06%	(197)	8,82%	(246)	10,59 %	(296)
Finep	TJLP	3.947	5,75%	(227)	7,19%	(284)	8,63%	(340)
BNDES Brasil Soberano/Bradesco	TJLP	10.020	5,10%	(511)	6,38%	(639)	7,65%	(766)
BNDES Brasil Soberano/Bradesco	TJLP	10.020	5,00%	(501)	6,25%	(626)	7,50%	(752)
Efeito no resultado				**(1.782)**		**(2.228)**		**(2.673)**

c) Risco de crédito

A política de gerenciamento do risco de crédito se pauta no permanente monitoramento e manutenção das concessões e limites de crédito, adotando, quando necessário, o acompanhamento do nível de endividamento e liquidez dos clientes. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições julgada com baixo risco pela administração.

d) Risco de preço dos materiais

Para se proteger do risco de perdas com flutuações nos preços dos materiais, a administração da Companhia mantém sua estratégia focada no controle físico dos estoques, adotando a política de estocagem na eminência de elevações significativas no preço da matéria-prima, e de baixas posições de estoque na situação inversa.

e) Risco de liquidez

A política de gerenciamento de riscos implica em manter um nível seguro de disponibilidades de caixa ou acessos a recursos imediatos.

f) Gestão de risco de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade de suas operações, para oferecer retorno aos seus acionistas e garantia às demais partes interessadas.

30. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia trabalha continuamente com a identificação, análise e administração de riscos, verificando a melhor forma de gerenciamento de transferência, absorção ou compartilhamento do risco com o mercado segurador. As premissas são de responsabilidade da administração da Companhia. Os bens estão assegurados conforme discriminado a seguir:

Controladora e Consolidado			
Modalidade	**Objeto**	**Cobertura**	**Vigência**
Casco (avaliado pela tabela FIPE)	Veículos	R$ 908 (Mil)	Diversos
Incêndio, inclusive quando decorrente de tumulto, explosão de qualquer natureza e queda de raio, desde que ocorrida dentro da área do terreno ou edifício onde estiverem localizados os bens segurados, danos elétricos, lucros cessantes, responsabilidade civil do empregador e operações, vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo, impacto de veículos terrestres e aéreos e fumaça.	Prédio / Maquinismo / Móveis e Utensílios / Mercadorias e Matérias-primas	R$ 232.000 (Mil)	De 13/04/2025 a 13/04/2026
Responsabilidade civil	D&O Diretores, Conselheiros e Administradores	R$ 150.000 (mil)	De 20/06/2025 a 20/06/2026

31. EVENTO SUBSEQUENTE

Em conformidade com o disposto no CPC 24 – Eventos Subsequentes, a Administração da Companhia avaliou eventos ocorridos após o encerramento do trimestre até a data de autorização para a emissão das demonstrações financeiras.

Com base nessa avaliação, não foram identificados eventos subsequentes que possam requerer ajustes ou divulgação adicional nas demonstrações financeiras anuais findas em 31 de dezembro de 2025.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Administradores e Acionistas da
METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.
Joinville -SC

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Metalúrgica Riosulense S.A.** (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Metalúrgica Riosulense S.A.** (Companhia) em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório:

. **Estoques**

De acordo com a nota explicativa 7 – Estoques, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2025, saldo no montante de R$ 105.407 mil (R$ 97.519 mil em 31 de dezembro de 2024), representando 54% do ativo total individual e consolidado. Em função da relevância do montante envolvido e seus reflexos nas demonstrações financeiras consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada das movimentações de estoques, considerando volumes e valorização. Para avaliarmos e assegurarmos estas movimentações, realizamos testes de reconhecimento, desvalorização, ociosidade, mensuração, custeio, inventário físico, circularização de estoques em poder de terceiros e recálculo dos custos médios. Com base nas informações recebidas e testes efetuados, concluímos que os valores reconhecidos e divulgados são adequados.

. **Empréstimos e Financiamentos**

De acordo com a nota explicativa 13 – Empréstimos e Financiamentos, a Companhia teve um aumento relevante no saldo de empréstimos e financiamentos, onde no encerramento do exercício de 2025, totalizou o montante de R$ 32.154 mil (R$ 17.586 mil em 31 de dezembro de 2024).

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram procedimentos de circularização junto à todas as instituições financeiras as quais a Companhia mantinha transações vigentes em 31 de dezembro de 2025, a obtenção e cruzamento dos saldos contábeis com as informações divulgadas pelo Banco Central do Brasil no Relatório de Empréstimos e Financiamentos (SCR), recálculo dos saldos e dos juros provisionados em 2025 bem como a revisão dos contratos mais relevantes. Com base nas informações recebidas e testes efetuados, concluímos que os valores reconhecidos e divulgados são adequados.

. **Provisão para Contingências**

Conforme a nota explicativa 17 – Provisões e Passivos Contingentes, a Companhia mantém, em 31 de dezembro de 2025, saldo no montante de R$ 30.969 mil (R$ 35.980 mil em 31 de dezembro de 2024), representando 36% do passivo não circulante total individual e consolidado da Companhia em 2025 e 43% em 2024. Em relação às contingências consideradas pela administração como de probabilidade de perda possível, tiveram redução relevante, onde no encerramento do exercício de 2025, totalizaram o montante de R$ 26.949 mil (R$ 92.454 mil em 31 de dezembro de 2024). Em função da relevância da variação, consideramos o assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação detalhada das movimentações ocorridas nos registros contábeis de provisão e dos processos classificados como de probabilidade de perda possível, através da obtenção de evidência por meio da realização de procedimento de confirmação externa com todos os advogados responsáveis por processos ativos da empresa e através da análise documental dos processos relevantes encerrados no período. Com base nas informações recebidas e testes efetuados, concluímos que os valores reconhecidos e divulgados são adequados.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas comparativas de 31 de dezembro de 2024

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da **Metalúrgica Riosulense S.A**.(Companhia) do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, apresentadas comparativamente, foram auditadas por outros auditores independentes, conforme relatório dos auditores independentes sem modificação em 19 de fevereiro de 2025.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e sua controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e sua controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e sua controlada a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio da Companhia e sua controlada para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e sua controlada e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Joinville (SC), 25 de março de 2026.

ALFREDO HIRATA
Contador CRC (SC) nº 018.835/O-7-T-SP

Martinelli AUDITORES **MARTINELLI AUDITORES**
CRC (SC) nº 001.132/O-9

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O **CONSELHO FISCAL** da **METALÚRGICA RIOSULENSE S.A.**, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, de acordo com o disposto no artigo 163, da Lei nº 6.404/1976, examinou o relatório anual da administração, as demonstrações financeiras, a proposta para a destinação do resultado, todos referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Com base nos documentos examinados, nas análises levadas a efeito e nos esclarecimentos apresentados por representante da Companhia e considerando, ainda, o relatório dos auditores externos, **Martinelli Auditores**, que expressa uma opinião sem ressalvas, o **CONSELHO FISCAL** registra que não teve conhecimento de nenhum fato ou indícios de fraude ou erros que levassem a acreditar que as demonstrações contábeis mencionadas não reflitam em todos os aspectos relevantes as informações nelas contidas e, por unanimidade, opina que os documentos estão em condições de serem apresentados para deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas da Companhia.

Rio do Sul (SC), 26 de março de 2026

Assinado eletronicamente por:
Aldo Kaestner
CPF: ***.294.369-**
Data: 27/03/2026 10:22:04 -03:00

Aldo Kaestner
Presidente do Conselho Fiscal

Assinado eletronicamente por:
FERNANDA HELENA CARVALHO GONÇALVES DA SILVA
CPF: *** 794.457-**
Data: 27/03/2026 09:45:25 -03:00

Fernanda Helena Carvalho Gonçalves da Silva
Conselheira

Assinado eletronicamente por:
MATHEUS ERUSTES DOMINGUES
CPF: ***.388.688-**
Data: 27/03/2026 10:26:57 -03:00

Matheus Erustes Domingues
Conselheiro

Esse documento foi assinado por FERNANDA HELENA CARVALHO GONÇALVES DA SILVA, Aldo Kaestner e MATHEUS ERUSTES DOMINGUES. Para validar o documento e suas assinaturas acesse https://app.ideiasigner.com.br/validate/B47YU-ACMXJ-FJ2H6-9HCJU